



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0689/11	DATA: 07/06/2011
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 16h08min	DURAÇÃO: 01h30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h30min	PÁGINAS: 32	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Secretário Federal de Controle Interno, representando a Controladoria-Geral da União.
CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI – Coordenadora-Geral substituta de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos, representando a Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça.
FABIANO BORDIGNON – Delegado de Polícia Federal no Paraná.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre denúncias feitas contra as organizações ADESOPRAS e IBIDEC sobre desvio de recurso público do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Declaro aberta a reunião de audiência pública aprovada pelos Requerimentos nºs 35 e 54, de 2011, do Deputado Fernando Francischini, destinada a obter esclarecimentos sobre denúncias feitas contra as organizações ADESOBRAS e IBIDEC sobre desvio de recurso público do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI.

Convido para tomar assento à mesa os Srs. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno, representando a Controladoria-Geral da União; Cábia Simone Gonçalves Emanuelli, Coordenadora-Geral substituta de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos, representando a Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, e o Sr. Alberto Liebling Kopittke, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP; e Fabiano Bordignon, Delegado de Polícia Federal no Paraná.

Comunico que a Sra. Lílian de Oliveira Lisboa, Diretora-Presidente do Instituto Brasileiro de Integração e Desenvolvimento Pró-Cidadão — IBIDEC, o Sr. Robert Bedros Fernezlian, Conselheiro-Presidente da Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira — ADESOBRAS e o Sr. Francisco Narbal Alves Rodrigues, ex-Coordenador de Projetos e Orçamentos do PRONASCI, por intermédio do seu advogado, o Dr. Luis Maximiliano Telesca, informaram, por meio de ofício, que estão impossibilitados de comparecer à audiência pública, em função da ação penal que tramita na 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba e que corre em segredo de justiça.

Antes de iniciar as exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos. De acordo com o Regimento Interno desta Casa, o tempo reservado para os convidados é de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados. Cada Deputado inscrito para interpelações poderá fazê-lo estritamente sobre o assunto, por 3 minutos. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. É vedado ao convidado interpelar qualquer dos presentes.

Passo, então, a palavra ao Sr. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA - Boa tarde a todos.



Deputado Sérgio Brito, Srs. Parlamentares, demais autoridades, é com muita satisfação que a Controladoria comparece a esta audiência para prestar esclarecimentos sobre o trabalho que temos desenvolvido, neste caso específico, em cooperação com a Polícia Federal, com o Ministério Público, apurando uma denúncia que nos foi encaminhada pelo Ministério da Justiça, em dezembro de 2009 — em janeiro de 2010, nós tivemos a informação de que essa mesma denúncia foi também encaminhada à Polícia Federal.

Em janeiro de 2010, nós produzimos a primeira nota, que fazia uma retrospectiva da atuação do IBIDEC e da ADESOBRAS, especialmente no Paraná, sobre o montante de recurso, a relação dessa organização com Prefeituras, empresas subcontratadas nos convênios de que faziam parte parentes e pessoas ligadas à própria ONG.

A partir dessa nota, iniciamos um trabalho de cooperação com a polícia. Após isso, fizemos um relatório no convênio principal entre a ADESOBRAS e o Ministério da Justiça, no âmbito do PRONASCI, e duas fiscalizações, em dois Municípios: Itaipulândia e Missal, na verdade, confirmando as hipóteses, os indícios já levantados no exame documental e até mesmo de escutas e investigações da polícia.

Quanto aos principais fatos constantes tanto nesse relatório principal do convênio com o Ministério da Justiça quanto nos dois outros com os Municípios, nós registramos uma confusão entre o IBIDEC e a ADESOBRAS. Ou seja, no mês em que o IBIDEC foi denunciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pela ação do Ministério Público Estadual, a ADESOBRAS iniciou as operações, com as mesmas pessoas, os mesmos sócios, o mesmo *modus operandi*. Isso também foi confirmado depois pela ação investigatória, da qual o delegado pode dar mais detalhes.

Desvio de recursos públicos, mediante simulação de despesas com assessoria e serviços contratados. Essa foi uma das principais manobras encontradas nos convênios examinados, com a produção de notas fiscais falsas de serviços contratados de forma fictícia e não entregues. Chamou a atenção, inclusive, a ação dos próprios dirigentes da ONG durante o trabalho de fiscalização em campo. A fiscalização solicitou documentos de que eles não dispunham, e eles



produziram esses documentos para entregar à fiscalização. Isso também foi confirmado na ação policial.

Desvio de recursos através de superfaturamento de despesas que não tinham conexões; custeio integral de despesas da própria ONG, inclusive com compra de mobiliário, material permanente; e fraude, também combinada, que contou com a participação de servidores do Ministério, na prorrogação do convênio entre a ADESOBRAS e o Ministério da Justiça. Todos esses fatos estão relatados, constam dos nossos relatórios, que fazem parte do inquérito.

Após isso, iniciamos uma ação correcional contra esses servidores públicos, dirigida diretamente pela CGU. Tão logo recebermos o relatório conclusivo — o delegado me informou agora que está nos procedimentos finais —, vamos encaminhar expediente para o descredenciamento de vez dessa ONG. Ela tem relações não só no Paraná como em outros Estados da Federação.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao convidado a exposição.

Passo a palavra à Sra. Cátia Simone Gonçalves Emanuelli, Coordenadora-Geral substituta de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP, pelo tempo de 20 minutos.

A SRA. CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI - Boa tarde a todas e a todos.

Meu nome é Cátia Emanuelli e eu trabalho na Secretaria Nacional de Segurança Pública, um órgão ligado ao Ministério da Justiça.

Em dezembro de 2009, fui comunicada de que eu participaria de uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento de vários termos de parceria, dentre eles o da empresa ADESOBRAS. Precisamente no dia 29, nós ficamos sabendo da nossa nomeação, apesar de ter sido feita em outubro.

Entendemos que nós deveríamos nos deslocar até o Paraná, assim como aos Estados das outras entidades que tiveram esse sistema de parcerias firmado.

Primeiro, eu gostaria de esclarecer que, dentro do Ministério da Justiça, a Secretaria Executiva do PRONASCI era um órgão independente da Secretaria



Nacional de Segurança Pública. Como o programa era gerido por essa Secretaria, a SENASP fazia a análise técnica dos projetos, além do pagamento e de toda a parte burocrática.

O que aconteceu? Em 2008, foi feito um edital de chamamento pela Secretaria Executiva do PRONASCI. Ele foi realizado pela Secretaria Executiva do PRONASCI. A comissão de eleição desse edital de chamamento também foi feita pela Secretaria Executiva do PRONASCI. E coube à SENASP única e exclusivamente elaborar o termo de parceria, fazer a parte mais formal, e repassar o recurso para essa entidade.

Posteriormente, a primeira Comissão de Avaliação e Acompanhamento desse termo de parceria também foi realizada pela Secretaria Executiva do PRONASCI.

No final do ano, quando a Secretaria Nacional de Segurança Pública tomou conhecimento, a partir de algumas denúncias anônimas, de que havia algum problema, trocaram a comissão, e nós fomos ao Estado do Paraná.

Lá, produzimos o relatório dessa avaliação e acompanhamento, no qual estão apontados alguns indícios de improriedade no uso dos recursos. Agora, eram improriedades que nós consideramos administrativas, porque o papel da Comissão de Avaliação não era fazer uma investigação policial — apesar de eu ser polícia, não era investigação policial —, mas uma investigação de cumprimento de metas. Visitamos as bases locais, visitamos a sede da entidade, questionamos várias realidades que encontramos, inclusive o pagamento de bens permanentes. Só que isso foi aprovado no edital de chamamento.

O edital de chamamento previa uma série de despesas que a entidade vinha realizando. Nós não sabemos dizer por que o edital de chamamento previu o repasse de recursos permanentes para uma entidade. Não cabe à SENASP, que pegou praticamente a finalização do processo, questionar isso, mas aos órgãos de controle mesmo.

O TCU também auditou o edital de chamamento, no mesmo período em que estávamos fazendo essa fiscalização, e fez um relatório concluindo que não houve nenhum tipo de fraude no edital, mas apenas algumas improriedades que poderiam ser sanadas posteriormente, e fez também algumas recomendações ao Ministério da Justiça.



Com relação ao nosso relatório, nós tivemos acesso à entidade, fizemos a análise das documentações apresentadas por eles. Nós não temos conhecimento do teor da investigação da Polícia Federal. Nós simplesmente repassamos tudo o que a Polícia Federal nos solicitou: todas as informações, todas as documentações. Inclusive os originais de todos os processos estão lá. Nós estamos em fase de análise dessa prestação de contas. E, naquele momento, como estava chegando o final de vigência do termo com a entidade, nós, enquanto comissão, não sabíamos em que passo estava a tramitação, a evolução daquele termo de parceira. Então nós entendemos que tínhamos que pelo menos dar um prazo de 45 dias na renovação do termo, sem repasse de recursos, porque eles ainda tinham muitos recursos para executar e não tinham executado todas a metas ainda. Eles contrataram pessoal para atuar durante 1 ano nas bases locais, mas fizeram essa contratação em maio. Ou seja, eles tinham mais um tempo para realizar o restante das metas que estavam cumprindo.

O trabalho que eles desenvolviam junto aos Municípios estava sendo feito. Nós fomos às bases locais, elas estavam instaladas, as pessoas estavam contratadas. Fomos às Prefeituras para verificar como elas estavam vendo aquele trabalho que eles estavam desenvolvendo, e todas as pessoas que os gestores públicos indicaram para nos receberem disseram que eles estavam realizando um trabalho interessante.

Agora, se existia algum problema de fraude, de nota fiscal adulterada, como está sendo veiculado, nós não tínhamos conhecimento. E fica difícil desconfiar. Nós partimos do princípio da boa fé objetiva. Nós não vamos sair desconfiando de tudo.

Mas tudo o que vimos de irregularidade administrativa, improriedade, execução fora do plano de trabalho, como a compra de uma cadeira, a compra de uma mesa, a contratação de um servidor, enfim, coisas que não estavam previstas no plano de trabalho, tudo foi contestado no nosso relatório, que está nos autos desse processo da OSCIP.

A OSCIP estava regularizada junto à SNJ, que é o órgão dentro do Ministério da Justiça que qualifica essas OSCIPs. Nós verificamos a regularidade. Eles têm ou tinham uma autorização como OSCIP para trabalhar nessa área.



Quanto aos critérios do edital de chamamento, não posso responder aos senhores porque não participei disso. A SENASP participou apenas das comissões posteriores para verificar esses problemas que foram ocorrendo ao longo do tempo.

Conversamos com a entidade, e o Ministério da Justiça não fez nenhum tipo de termo de parceria com o IBIDEC. Não temos relação com ele. Acredito que se existe isso que está sendo veiculado deve ser algo no Estado ou na entidade, porque eu não tinha conhecimento. Tomamos conhecimento posteriormente daquilo que nos chegou em termos de fala.

Sabemos muito bem — o doutor é delegado — que o Ministério solicitou essa investigação porque não podemos nos basear só em palavras. Ninguém queria formalizar algo mais concreto para podermos fazer os encaminhamentos. Quando chegou algo mais concreto e formalizado, o Ministério da Justiça tomou a providência de solicitar, tanto para a CGU quanto para a Polícia Federal, as investigações que redundaram nesse inquérito policial. O que aconteceu nesse contexto foi isto: a entidade prestou esclarecimento, e isso está sendo ainda analisado.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública não tinha *expertise* em trabalhar com entidades. Sempre trabalhamos com Estados e Municípios, com as instituições de segurança pública ou com as Prefeituras Municipais, então, para nós, era algo novo. Tanto os nossos servidores não têm treinamento adequado para realizar esse tipo de controle, de atividade com entidades privadas, quanto não participamos, em nenhum momento, da escolha dessas entidades.

Para nós, ficou muito difícil depois, em dezembro de 2009, tomar conhecimento de tudo isso, verificar o que estava acontecendo para tentar sanar eventuais impropriedades administrativas. Aquilo que nos chegou com indício de crime foi reportado aos devidos órgãos para suas averiguações, investigações, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço à convidada a exposição e passo a palavra ao Sr. Fabiano Bordignon, Delegado de Polícia Federal no Paraná. S.Sa. disporá de 20 minutos.



O SR. FABIANO BORDIGNON - Obrigado, Sr. Deputado. Gostaria de cumprimentar todos os presentes e de fazer um histórico da investigação, primeiramente.

É claro que o relatório final da operação foi apresentado em 4 de maio, e existe hoje uma ação penal. O inquérito foi conduzido sob segredo de Justiça, a ação penal também está sob segredo de Justiça. Então, vou fazer observações sem declinar nomes, por respeito a todas as pessoas que ainda estão sendo investigadas.

A importância deste debate na Câmara — e agradeço realmente o convite — é a de se mostrar alguma coisa do *modus operandi*, da maneira que agia essa organização, para vermos no que se pode aprimorar a fiscalização e a legislação.

A Lei das OSCIPs é de 1999 e pode, eventualmente, sofrer alguma alteração, a partir desta discussão e de outras que a Casa vai fazer.

A investigação na Polícia Federal começou, e eu fiz a finalização dela. Sou delegado de Polícia Federal e assumi essa investigação a partir de fevereiro deste ano. Ela foi conduzida no núcleo de inteligência e começou a partir de informações que chegaram ao Ministério da Justiça, com despacho do Ministro para a Polícia Federal e para a CGU.

A investigação foi conduzida pela Superintendência em Curitiba. Por quê? Porque as duas OSCIPs estavam sediadas em Curitiba. A investigação com o monitoramento começou em fevereiro de 2010 e terminou em abril de 2011. Foi aproximadamente 1 ano de investigação, com 21 relatórios de inteligência e uma parceria fundamental, sem a qual a Polícia Federal teria muitas dificuldades de trazer materialidade aos crimes que foram constatados, da Controladoria-Geral da União, uma parceria que se iniciou a partir do despacho do próprio Ministério, que mandou a cópia das informações que chegaram ao Ministério da Justiça para a Controladoria e para a Polícia Federal. E, a partir do momento em que a CGU corroborou parte daquelas denúncias, numa situação preliminar ainda, foi possível aprimorar a apuração dessas informações, a partir de uma investigação policial.

As duas organizações, as OSCIPs, tinham uma fusão operacional bem nítida. Isso aparece logo no início da investigação, uma constatação para a qual até não se precisava nem de investigação policial. Isso foi possível de se ver porque tinham a



mesma sede. O IBIDEC não tinha um termo de parceria ou contrato com o Ministério da Justiça, era apenas a ADESOBRAS, que seria, vamos dizer assim, uma sucessora dessa primeira OSCIP. Elas estavam instaladas numa mesma sede física, em Curitiba, numa espécie de condomínio, porque outras empresas relacionadas às duas OSCIPs também estavam sediadas no mesmo local, como, por exemplo, o escritório de contabilidade que supostamente fazia auditorias, mas auditorias muito falhas, muito superficiais, nas contas, nos projetos que as duas OSCIPs, nos termos de parceria, conquistaram.

A questão do Ministério da Justiça foi um termo de parceria pequeno. Essas duas OSCIPs tinham parcerias maiores com Municípios. Eram mais de 20 Municípios no Paraná, principalmente na área de serviços de saúde.

A ideia das OSCIPs é que a sociedade civil seja chamada para ajudar na execução de atividades eminentemente públicas, e nessa área de saúde nós percebemos muito a atuação dessas duas OSCIPs, já nesses dois relatórios da Controladoria.

Alguns desses relatórios foram feitos no decorrer da operação policial. Foi possível perceber a produção de documentos extemporâneos, e aí verificamos que realmente não era uma fraude pouco elaborada, era uma fraude de difícil verificação, se não houvesse uma parceria entre os órgãos de controle e também a atuação da Polícia Federal. Por quê? No decorrer de uma dessas auditorias promovidas pela CGU, a Polícia Federal já estava acompanhando a organização, e foi delineada como uma organização criminosa, pelo menos no relatório. Por quê? Porque quando a CGU pedia os relatórios de 2008, a OSCIP não tinha esses relatórios, e na troca de e-mails e de telefonemas, eles forjavam esses documentos, assinavam esses documentos, criados em 2010, e entregavam para a Controladoria-Geral da União. Então, se não houvesse uma investigação policial *pari passu* com a atividade de controle legítima — foi realmente uma força-tarefa —, nós não teríamos obtido o êxito de comprovar, de uma maneira bem cristalina, a produção de diversos documentos, de notas fiscais, e o inchaço desses termos de parceria mediante o principal estratagema, que era criar consultorias que não existiam.



Por exemplo, uma empresa de consultoria no nome de duas pessoas com 21 anos de idade e que não tinham *expertise* nenhuma para isso lucrou 2 milhões de reais. Então, no caso dessa investigação, a comprovação foi assim.

E, nessas empresas de consultoria, é importante que se diga, como acontecia a distribuição disfarçada de lucros e o desvio de recursos públicos, o peculato? Essas empresas de auditoria eram do núcleo familiar, eram de filhas, de parentes e de amigos próximos. No decorrer da investigação isso ficou muito bem comprovado pela troca de e-mails, dizendo: “*Olha, pode tirar uma nota de 20 mil*”. E no outro dia vinha a nota fiscal para comprovar uma despesa, principalmente para os Municípios.

Inclusive, na época da deflagração, nas reuniões que nós tivemos com a CGU, chegou-se ao número de 500 OSCIPs só no Paraná. Eu não sei qual é o dado no Brasil, mas eu acredito que não é um fato singular, eu acho que isso pode estar sendo usado em outras organizações. A polícia faz um trabalho repressivo; os órgãos de controle, a Câmara, o Congresso Nacional e esta Comissão de Fiscalização, um trabalho preventivo, com a legislação.

O Ministério da Justiça desde o início colaborou com a investigação. Faz aproximadamente 30 dias que foi entregue o relatório. Nós já temos uma denúncia. Eu não tive contato com o teor da denúncia, mas vou entregar ao Ministério os documentos entregues pelo Ministério da Justiça para que, com essa devolução, possa-se fazer uma sindicância, alguma coisa, para ver, na parte do Poder Executivo, no que se pode evoluir, pois quem credencia as OSCIPs no Brasil é o Ministério da Justiça. Mas é um credenciamento de análise documental.

Então, pela legislação, o Ministério da Justiça dá uma certificação para as ONGs, vamos dizer assim — seria o jargão popular —, que recebem um credenciamento especial junto ao Ministério.

O Ministério Público Federal deve encaminhar cópias ao Ministério da Justiça para operar o descredenciamento, mediante processo administrativo, com ampla defesa, dessas duas organizações. Porque elas continuam operando. Não houve restrição nesse sentido. Mas é claro que, ao final de todos os processos, a expectativa de quem, pelo menos no meu caso, acompanhou a parte de deflagração da investigação, é de que isso realmente aconteça.



Eu trouxe — vou fazer depois a entrega ao Presidente — algumas sugestões de alteração legislativa que poderiam, eventualmente, diminuir as possibilidades de fraude. Por exemplo, esses recursos vão para uma conta bancária da OSCIP, e elas não sofrem verificação via SICAF, via sistema informatizado. No caso do Governo Federal, ainda há o Sistema de Convênios. Numa tentativa que houve, durante a investigação, de prorrogar um termo de parceria... Esse termo de parceria já estava vencido, e houve uma tentativa da organização de prorrogá-lo de maneira extemporânea. O que barrou isso? O papel aceitaria a data retroativa. O problema foi o protocolo no SICONV — Sistema de Convênios, que dificultou isso. Entretanto, planilhas com valores adulterados e criação de uma nova consultoria no valor de 96 mil reais foram incluídos pela quadrilha no Sistema de Convênios. Aí é adulteração no banco de dados do Governo, ou seja, mais um crime que foi constatado.

Por fim, até porque acho que nós vamos ter um debate depois, o mais impressionante é que várias OSCIPs relacionadas compareciam aos certames juntas. E algo de que não tínhamos notícia, e foi apreendido, é o caso de uma OSCIP emprestando dinheiro para outra, trabalhando como instituição financeira, e para uma empresa privada também, além de confusão de recursos.

Foram apurados, junto com a CGU, mais de 100 milhões de reais, e um desvio realizado por essas empresas de consultoria que chegou à totalização — isso eu posso dizer, porque faz parte do relatório — de 18 milhões 956 mil reais. Junto com a CGU, com a Receita Federal, a partir da quebra de sigilo bancário e fiscal, conseguimos verificar quanto efetivamente essas duas OSCIPs pagaram a essas consultorias que não praticavam consultoria nenhuma. Em alguns casos isso ficou... Um dos locais de busca foi uma casa popular de madeira, em Colombo, que foi sede de uma dessas empresas de consultoria e que estava em nome da empregada doméstica de uma das principais articuladoras do esquema.

Por mais perfeito que seja, acaba-se deixando algum indício, e a polícia, a Controladoria, a Receita Federal também nos ajudaram bastante na questão de tentar rastrear um pouco desse dinheiro.

Na verdade, durante a investigação se conseguiu sequestrar, em bens, acho que de 3 milhões a 4 milhões de reais. Nunca se consegue rastrear todo o dinheiro,



mas a Receita nos ajudou bastante, e o Ministério Público Federal também já está com a denúncia.

Finalizo agora. Nós teríamos mais informações, mas vai depender da dinâmica e da necessidade dos senhores. Acho que é preciso haver um grande debate sobre as OSCIPs, que não são uma ideia ruim. Eu acho bom que a sociedade civil organizada contribua com o Estado na execução de suas tarefas, sempre com um aperfeiçoamento maior. Eu sempre digo que poder não é nada sem controle. Nós temos de ter cada vez mais controle sobre as nossas atividades, principalmente as atividades de empresas privadas, que é o caso dessas organizações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Agradeço ao convidado a exposição.

Passemos, agora, ao debate.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini, autor dos Requerimentos nºs 35, de 2011, e 54, de 2011, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, senhores convidados, Dr. Valdir, Dr. Fabiano, Dra. Cátia, obrigado por terem respondido ao nosso convite e estarem presentes aqui, hoje.

Presidente, fui delegado da Polícia Federal no Paraná, junto com o Dr. Fabiano. Então, acompanhamos o Ministério da Justiça, a SENASP, a CGU e toda essa sistemática muito de perto. Eu fui parceiro da SENASP em muitos projetos e vi que os parceiros diretos do Ministério da Justiça, por muitos anos, foram os Municípios e os Estados, que recebiam essas verbas federais por meio de convênios e seguiam os ritos da Lei 8.666, a Lei de Licitações, e de tudo o que cerca a necessidade de que o uso do recurso público seja transparente, seja publicizado. Estranhou-me muito, quando lançado o PRONASCI, principalmente lá em Curitiba — eu não acompanhei em detalhes o lançamento —, o fato de ter aparecido uma OSCIP, que seria intermediadora da mão de obra, digamos assim, para o trabalho do PRONASCI. Eu achei estranho. Por que usar uma ONG, se há a Prefeitura de Curitiba, as Prefeituras das cidades da Região Metropolitana, o Governo do Estado do Paraná, órgãos públicos com todo o sistema de controle e fiscalização?



Para nossa tristeza, um programa efetivo como o PRONASCI, um programa de que participei como Secretário Antidrogas da Prefeitura, quando recebi recursos do PRONASCI para a área de prevenção, setor da Dra. Cátia, em programas para jovens durante a madrugada, para recuperação de jovens em áreas de violência... Foi muito triste para nós, que defendemos o PRONASCI, que fomos parceiros do PRONASCI, ver que a ONG que o gerenciava participou diretamente de desvios de mais de 18 milhões de reais, como falou o Dr. Fabiano.

Eu não sei a porcentagem efetivamente, mas deve ter sido alta. Deve ter sido acima de 10%, entre 10% e 20%, do total que a OSCIP recebeu o diretamente desviado.

Eu vi também em matérias de jornais que a taxa de administração beirava 20% dos valores, ou seja, coisa exorbitante, coisa que uma... Há OSCIPs sérias, e são muitas, mas as que não são sérias agem como policial quando é bandido: suja todos os outros. Um bandido no meio de uma tropa é uma maçã podre que contagia a cesta inteira.

Eu queria fazer algumas perguntas, para trazer mais dados. É claro, não vou fazer perguntas sobre o sigilo decretado pela Justiça, mas perguntas sobre fatos que já saíram na imprensa e deixaram curiosidade, a partir da coletiva de imprensa, perguntas administrativas ao Ministério da Justiça e à CGU, que podem colaborar na tentativa da Comissão de escrever uma nova legislação que possa realmente minorar os problemas dessa relação do poder público com OSCIPs no tocante à Lei de Licitação, etc.

A primeira pergunta talvez seja para o Dr. Valdir ou para a Dra. Cátia: a denúncia inicial citava o Dr. Francisco Narbal Rodrigues? Desde o início ele foi citado como autor ou partícipe dessas fraudes? Por que eu pergunto isso? Porque eu vou ter de dar parabéns ao Ministério da Justiça por ter deixado um funcionário continuar por mais 2 anos na função de coordenador do PRONASCI, sabendo que ele estava denunciado. Ou não sabiam e só descobriram com a investigação da Polícia Federal e tanto o Ministério da Justiça como a CGU foram pegos de surpresa, já que é óbvio que o processo corria em segredo de justiça e não havia como a Polícia Federal comunicar qualquer coisa?



Preocupa-me o fato de 2 meses antes da deflagração da operação o Sr. Francisco Narbal Rodrigues ter sido demitido do Ministério da Justiça, ter sido exonerado, e ter ido trabalhar, segundo consta, no escritório da Representação do Estado do Rio Grande do Sul, aqui em Brasília, vinculado ao ex-Ministro Tarso Genro, que era do Ministério Justiça, que realmente fez a denúncia. Por isso a importância da pergunta sobre se o Francisco Narbal, que era o Coordenador Nacional do PRONASCI, foi citado nessa denúncia inicial. Ele foi contratado pelo Governador Tarso Genro na Representação em Brasília. Também pergunto se ele foi preso lá e se a busca foi feita no escritório dele em Brasília.

Os valores envolvidos — o Dr. Fabiano citou — são de aproximadamente 18 milhões de reais. Foram identificados por essa ONG desvios de valores referentes aos Municípios, portanto, a nossa dúvida é se essas verbas municipais ou estaduais geraram demanda ao Ministério Público Estadual, para abertura de inquéritos policiais em relação a desvios no setor de saúde dos Municípios. Numa simples consulta na Internet, vemos que a ADESOPRAS conduz a saúde em vários Municípios do Paraná.

Quanto a essa fraude no SICONV, eles conseguiram mudar, entrar no sistema, ou houve falsidade ideológica, vamos dizer assim? Fraudaram as informações que foram registradas no sistema? Isso também é importante para sabermos qual o grau de confiabilidade do Sistema de Convênios do Governo.

A Dra. Cátia disse que não participou do edital — é claro, ela era de outro setor. Mas quem escreveu esse edital? Foi o gabinete do PRONASCI — que era o do próprio Ministro — que fez o edital de chamamento? Foi lá que foi dito que uma OSCIP, num chamamento para gerir recursos humanos, poderia usar dinheiro público para comprar material permanente, móveis e outros bens móveis? A própria fiscalização da CGU já indicou, em outros contratos, que não é possível fazer, com dinheiro público, esse tipo de compra para uma OSCIP.

Dr. Fabiano, há uma denúncia que corre até hoje, em Curitiba e na sua Região Metropolitana, a partir do momento em que a mídia divulgou que o filho do Francisco Rodrigues, Coordenador Nacional do PRONASCI, também estava como funcionário de uma das ONGs. Foram identificados parentes, filhos, pessoas ligadas a outros políticos da região? Se não foram, vai haver um encaminhamento ao



Ministério Público do Estado ou ao Federal da lista dos funcionários dessas ONGs? Parece-nos que uma das metodologias utilizadas para pagamento de corrupção foi a contratação simulada de pessoas ligadas a políticos que geriam até a recondução desse convênio.

Para finalizar, Presidente: o Ministério da Justiça ainda usa ONGs para intermediar verbas do PRONASCI ou houve suspensão disso? O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por quem temos um respeito enorme e já recebemos na Comissão de Segurança e em outras, mandou cortar esse procedimento a partir de agora? E a ADESOBRAS estava em outros Estados do País, gerenciando o PRONASCI, ou ela era um contrato do Paraná? Pergunto isso até para saber se a fraude foi muito maior e se o Ministério da Justiça instaurou procedimento administrativo ou sindicância interna, para verificar tudo o que o Sr. Francisco Rodrigues fez lá dentro. Se ele estava fazendo isso no Paraná, onde não tinha a mínima relação... Ele não era de lá, ele não tinha relações de amizade ou políticas com a cidade. Ele estava trabalhando em Brasília, mas montou uma fraude em Curitiba, pelas informações da imprensa. Então, no restante do País onde ele atuou pelo PRONASCI, houve, pelo menos da CGU ou do Ministério da Justiça, um pente-fino para saber se não há coisas tão escrachadas como essas das ONGs?

Em suma, para iniciar, Presidente, seriam essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Vou passar a palavra aos convidados, para que eles possam responder às perguntas do Deputado Fernando Francischini, que é autor do requerimento. Posteriormente, vamos passar a palavra aos inscritos. Cinco Deputados falarão e, depois, retornamos aos convidados.

Com a palavra o Dr. Valdir Agapito Teixeira.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA - Eu não creio que conste o nome do Francisco na denúncia. A denúncia tinha um foco muito voltado à relação das duas ONGs no *modus operandi*. Talvez o Delegado Fabiano possa precisar melhor isso. Eu creio que ele apareceu no decorrer das investigações.

Sobre o afastamento de 2 meses, acho que está conectado com essa questão. Se o Sr. Francisco...

Quanto às fraudes no SICONV, acho que o fato mais grave foi o contato do Francisco com a ONG para inclusive simular a inclusão de uma consultoria para



compensar os trabalhos dele e a contratação dos filhos, para acertar essa relação. Eles tentaram simular a criação de rubricas, por exemplo, de consultoria, no plano de trabalho. O plano de trabalho é um acerto entre o Ministério e a ONG beneficiada. Aí exatamente a relação de conflito de interesse do servidor com a entidade.

Quanto à presença da ONG em outros Municípios e outros Estados, nós já identificamos, sim, a presença dela em outros Estados. Em alguns convênios no Acre ela aparece subcontratada num contrato com o Governo do Estado. Nós temos informação de que o MDS, o Ministério que repassou o recurso, cancelou o convênio logo depois da operação.

O senhor mencionou também a presença dela em vários Municípios, principalmente atuando na área de saúde. Nós estamos esperando a conclusão do relatório e a queda do sigilo para encaminhar o relatório ao Ministério da Saúde e pedir a apuração específica nesses casos já mencionados no próprio inquérito.

Sobre sindicâncias e apurações contra o Francisco, nós da CGU, assim que estourou a operação e virou notícia pública, também já identificamos nominalmente os servidores públicos federais e iniciamos a cobrança de um Processo Administrativo Disciplinar — PAD. Não sei se ele é do quadro. Se ele não for do quadro, restará a destituição de cargo em comissão no final do processo, e ele ficará proibido de assumir novas funções, tão logo se conclua esse processo específico.

Ainda restam providências no campo da ONG, como a elaboração de um processo de tomada de contas sobre todos os recursos transferidos. Quanto às prestações de contas que forem aprovadas, nós vamos pedir a desaprovação e a glosa dos valores e encaminhar ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Passo a palavra ao Dr. Fabiano Bordignon.

O SR. FABIANO BORDIGNON - Esse valor de 18 milhões de reais é o valor total, não só do Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça foi um termo de parceria de 3 milhões de reais. Para esses 18 milhões de reais, a apuração levou em conta, aproximadamente, 110 milhões de reais que foram recebidos por essas duas OSCIPs entre os anos de 2004 e 2010. Desse valor, foram 18 milhões de reais — vamos dizer, 15% — de desvio, nessa modalidade de consultorias.



Criavam-se consultorias, emitiam-se notas contra as duas OSCIPs, elas pagavam e depois diziam que tiveram esse custo, quando, na verdade, estavam apenas transferindo os recursos.

Nós investigamos seis empresas de consultoria e, curiosamente, essas empresas de consultoria eram do grupo familiar ou de um amigo muito próximo dessa família.

Quanto ao nome que foi referido, eu não tenho agora recordação de se estava na denúncia. A denúncia de que eu falo é a informação que chegou, identificada, ao Ministério da Justiça, uma informação longa, de 3 a 4 páginas, bem colocada, mas acho que ela não citava nomes. Citava realmente as duas OSCIPs, e falava alguma coisa sobre *modus operandi*. O nome dos servidores começou a aparecer, salvo engano — realmente eu não tenho esse dado bem consistente —, no decorrer da ação de monitoramento, de que, eu repito, houve 21 relatórios, durante aproximadamente 1 ano.

Agora, constatou-se realmente a contratação de filhos. Um servidor tinha filhos contratados nas OSCIPs, recebendo recursos públicos, confessadamente. Ele disse: “Eu pedi que eles fossem contratados”. Então, havia isso. E ao nosso ver, isso, para fins de relatório policial e de indiciamento, configurou, sim, corrupção passiva, porque essa é uma prática vedada. Pelo menos é o que está no Manual de Ética. Então, foi nesse sentido. Esses dois filhos, em princípio, trabalhavam lá, mas, vamos dizer assim, foram contratados a pedido. É uma relação, assim, reprovável, que ao nosso ver constitui crime de corrupção passiva.

Além disso, houve essa tentativa de prorrogação do convênio, do termo de parceria, e ele foi prorrogado apenas por 2 meses. A prorrogação que daria mais 10 meses, 12 meses, não houve essa prorrogação, mas ficou bem demonstrada, sim, a troca, realmente o fato de que esse servidor buscava favorecer a OSCIP no Ministério. E quando conseguia uma aprovação, quer dizer, quase chegava lá, ele dizia: “Olhe, vamos incluir uma consultoria”. Aí vinha mais uma consultoria, R\$ 7 mil, R\$ 8 mil por mês, o que daria R\$ 96 mil. Chegou-se a fazer cotação dessa consultoria, mas ninguém sabia que consultoria era. Provavelmente seria para se colocar uma outra pessoa lá trabalhando, ou prestando um suposto serviço, para



inflar. Quer dizer, era com isso que se fazia o peculato. Apropriavam-se do recurso público a partir de todo esse percurso.

A fraude foi constatada no SICONV porque, muito embora não tenha havido a prorrogação, havia planilha de prorrogação, as planilhas com as cotações, e chegou-se muito próximo da prorrogação. Por fatos alheios à vontade da quadrilha isso acabou não acontecendo. Mas foi ideológica. Não foi uma obtenção da senha. Foi uma falsidade ideológica. Quer dizer, aqueles orçamentos não representavam a realidade, mas foram lançados em um banco de dados público. Então, a falsidade era ideológica.

Essa OSCIP, a ADESOPRAS, tinha parcerias em outros Estados, sim. É o caso do Acre com o Ministério do Desenvolvimento, de que eu não tinha essa notícia de que foi suspenso. Eu sei que foram feitas buscas também num outro Estado, no Mato Grosso, onde havia uma outra OSCIP. E esse caso ainda não... Como nós tínhamos um prazo exíguo para concluir, porque alguns réus continuaram presos até a conclusão do relatório, por 30 dias, nós pedimos, nesse relatório policial que encerrou esse inquérito, que nós fôssemos autorizados a instaurar novos procedimentos para apurar a situação no Acre, nesse outro Estado, o Mato Grosso, que não ficou muito... Nós não tivemos tempo hábil, realmente, de verificar; agora, três dessas empresas de consultoria eram conduzidas por um empresário lá do Mato Grosso, muito próximo da família, que também foi preso, certo?

No que se refere às verbas estaduais, realmente a ideia que tínhamos antes da deflagração era a de que os recursos da Saúde que os Municípios utilizavam para pagar essas ONGs eram estaduais, mas, na decisão judicial, o juiz percebe o seguinte: que são transferências fundo a fundo, do Fundo Nacional de Saúde para os Municípios, e nesse caso atraiu, vamos dizer assim, a competência para a Justiça Federal, de todos eles.

Então, é claro que no primeiro momento, eu repito, até que nós tenhamos a sedimentação do que foi a denúncia do Ministério Público, é possível que haja uma fiscalização, não sei se pela CGU, se pelo Ministério Público dos Estados, que durante a deflagração fizeram alguns contatos comigo pedindo cópia, para saber o que era, porque o Ministério Público do Estado do Paraná já tinha várias ações, em face dessas OSCIPs, e pediram-nos subsídios; aí o juiz autorizou que nós



encaminhássemos para os membros do Ministério Público do Estado cópia da decisão que decretou as prisões, que é um resumo, uma decisão muito didática, que mostra realmente, resume bem a operação. Então, ele autorizou que nesse primeiro momento fizéssemos a entrega para o Ministério Público, e para alguns Municípios. Alguns advogados, procuradores de Municípios procuraram-nos e perguntaram: "O que eu faço com o termo de parceria que eu tenho?" Nós dissemos: "Olhem, é uma decisão do Município". Mas eles nos pediram alguns subsídios, e aí o juiz também autorizou que isso fosse passado, e nada impede que nós, a partir de demandas, encaminhemos, e a Controladoria também, eventualmente, possa fazer um trabalho, que foi importantíssimo nesses dois Municípios, porque mostrou realmente o começo do *modus operandi*, por assim dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Passo a palavra à Sra. Cátia Simone Emanuelli.

A SRA. CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI - Eu gostaria de esclarecer, de reforçar que de fato não são R\$ 18 milhões que foram repassados pelo Ministério da Justiça; foram R\$ 3.310.415,33. (*Risos.*) Esse foi o valor que a SENASP repassou. E a entidade teria aí mais R\$ 67.559 para entrar como contrapartida financeira.

Com relação a se essa OSCIP tem algum outro contrato com o PRONASCI para esse edital de chamamento, ou para gerir recurso do PRONASCI, ou atuar em nome do PRONASCI em outros Estados e Municípios, não. Foi o único. No edital de chamamento que foi realizado em 2008, foram três as OSCIPs vencedoras do certame: ADESOBRAS, para atuar no Paraná; SESCON, para atuar no Rio Grande do Sul; e SABER, para atuar no Distrito Federal, sendo que a SABER também ganhou um outro termo de parceria para realizar as ações do PROTEJO, aqui no Distrito Federal. Então, esse valor foi para a atuação no Estado do Paraná, nos Municípios também citados nesse termo de parceria, que são os da região metropolitana que fazem parte do PRONASCI.

Com relação à contratação de parentes, sim, foi constatado no relatório o que a última Comissão verificou. Foi relatado, está nos autos da nossa análise efetuada, está nos autos de todo o processo, que reúne vários volumes.



Com relação à demissão de Francisco, possivelmente foi porque houve troca de gestão também. Chegou um novo Ministro e ele compôs a equipe de acordo com a necessidade dele. Desconheço as atividades posteriores a isso desse Sr. Francisco, porque eu não tinha muita intimidade com ele. A minha relação com ele era muito por telefone, até porque era mais de solicitação de análise técnica.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu perguntei de outros Municípios, Sr. Presidente, porque eu achei na Internet São José dos Pinhais, com contrato com a ADESOBRAS; esse continua de pé, ou foi revogado também? Foi isso que eu perguntei.

A SRA. CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI - É assim: quando a gente repassa recurso para o Município ou para o Estado, ele obrigatoriamente tem que fazer o certame licitatório. Para fazer essas atividades, qualquer atividade da Administração Pública, é preciso fazer licitação. Então, possivelmente, pode ter ocorrido que essa entidade tenha participado num processo licitatório e ganho o certame. E aí a gente tem de fazer esse questionamento ao próprio Município São José, porque não está previsto nenhum acordo para a entidade ser vencedora de nenhum certame licitatório no Município.

Eu sei de Curitiba porque na época que nós fomos fazer a visita eles estavam realizando o Projeto Mulheres da Paz, porque haviam ganho uma licitação no Município de Curitiba, da Prefeitura. Então, eu não sei dizer qual era a relação interna, lá no Estado, da entidade com esses Municípios, se ela se utilizou desse termo de parceria para obter algum tipo de privilégio nos Municípios. Isso aí eu desconheço. Então, pelo que eu sei, pelo que São José dos Pinhais nos informou, ele ia cancelar esse contrato com a empresa por conta de tudo que aconteceu este ano.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Para finalizar, Sr. Presidente, só para complementar mesmo as informações, seria para o Dr. Fabiano que pergunto: naquela relação com o Município de Curitiba, desse Mulheres da Paz, ou outros da região metropolitana, onde esses Municípios tiveram uma relação direta, fora do Ministério da Justiça, receberam as verbas e contrataram, foi identificado algum tipo de consultoria dessa mesma forma, que pode comprometer também esses contratos, ou não? A investigação terminou?



E se eu entendi, para finalizar, a gente pode resumir tudo em consultoria de novo? É isso? A fraude toda era a consultoria, uma consultoria que fazia papel, declarava Imposto de Renda, fazia tudo como se fosse lícito, mas na verdade era dinheiro desviado que estava sendo regularizado? É isso, mais ou menos? A gente já ouviu essa história muitas vezes, inclusive estamos ouvindo de novo por aí. Então, eu quero só saber se o contorno todo dessa operação da Polícia Federal chegou ao trabalho de consultoria que usava dinheiro frio, tornava-o lícito e declarava tudo. Quer dizer, se a fiscalização fosse só de um dos órgãos, ninguém encontraria nada, mas como trabalharam bem a CGU, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, e fiscalizaram, a gente pôde identificar essa fraude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Tem a palavra o Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO BORDIGNON - Essas duas OSCIPs prestavam serviços para Municípios. Preponderantemente participavam de certames nos Municípios e ganhavam alguns. E nós identificamos Municípios em que elas participavam, as duas OSCIPs e mais uma que era relacionada. Então, quanto a esses Municípios da região metropolitana, sim, eu acho que ainda existem alguns termos de parceria em vigor com essas duas OSCIPs, principalmente na área da Saúde.

Nós identificamos nos Municípios, por exemplo, a questão dos plantões médicos. Os médicos recebiam 50... Aí entra essa questão de a OSCIP ser apenas uma mera intermediadora; ela ganhava o contrato, arrumava uma empresa privada e dizia: "Quanto é que você quer receber pelo plantão médico, hora médica?" E uma empresa privada administrava tudo. A legislação, de certa forma, até veda isso. Deveria ficar mais claro; assim, se a OSCIP vai participar, ela vai executar uma função de Estado, que ela não possa terceirizar isso, porque senão ela fica realmente como intermediadora de mão de obra, cobrando para isso, não é? Cobrando para isso.

Então, é possível que ainda existam em alguns Municípios, até porque não deve ser fácil, eu imagino, fazer uma mudança na área da Saúde, em plantão médico. Mas é importante dizer que a todos os Municípios que nos procuraram foi autorizado que passássemos essa decisão, porque há um relatório, e aí o gestor público tem de avaliar se vai manter, se vai mudar. Repito: existe um universo muito



grande de OSCIPs. Essa identificação desses desvios foi com essas duas; não quer dizer que todas as outras estejam no mesmo balaio, vamos dizer assim.

A outra pergunta é sobre a consultoria. O principal estratagema da quadrilha era o desvio de recursos públicos a partir de consultorias. Esses R\$ 18 milhões foram desviados a partir de consultorias. Não quer dizer que não haja outros. É que, para a Polícia, isso apareceu de uma forma coordenada com a CGU, a partir do momento em que, no decorrer da investigação policial, a CGU também estava fazendo uma investigação de controle, pedindo as notas, e eles não tinham essas notas. E foram criando notas, relatórios extemporâneos, como nós poderíamos chamar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - O.k. Agora, observando a ordem das inscrições, concedo a palavra ao primeiro orador, o Deputado Delegado Waldir. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, senhores convidados, boa tarde, Srs. Deputados, imprensa. Quero parabenizar o requerente Fernando Francischini.

É um caso específico o do Paraná. Preocupou-me a questão do vínculo com outros Estados. O que eu tentei observar — e até queria a resposta do Dr. Fabiano — é que nessa investigação própria da Polícia Federal, com o auxílio de outras instituições, há muitas pessoas com vínculo técnico, eu vi que há alguém do PRONASCI, eu vi que há consultorias, filhos.. Por trás, a gente sabe, sendo delegado de polícia (*risos*), numa investigação, que normalmente, nesses casos de uma quadrilha, ou de organização criminosa, cria-se uma teia, e essa teia, pelo que a gente tem percebido nos últimos anos, principalmente em relação às consultorias, tem um viés muito político. Eu queria perguntar, se isso não estiver abarcado pelo sigilo da investigação, se surgiram, quem são os padrinhos políticos. O Deputado Francischini mencionou alguma coisa aqui, mas quem são os padrinhos políticos dessa quadrilha?

Eu queria fazer uma pergunta específica também, ao Dr. Fabiano. Parece-me que foi constatada a participação dessa consultoria em alguns Municípios. Chegou a ser investigada a questão de quem era o dono político desses Municípios? Essas



instituições receberam emendas, ou verbas de algum agente político específico, no Estado do Paraná ou em outro Estado? Se for possível o senhor responder, se isso esteve na esfera da sua investigação...

Surpreendeu-me muito também o fato de que a malandragem não tem realmente respeito por nenhuma instituição. Surpreendeu-me o uso de verbas do PRONASCI, do Ministério da Justiça. Isso eu até “twittei” hoje, coloquei no Facebook que a malandragem não respeita ninguém, nem o Ministério da Justiça. Isso realmente surpreendeu-me. E o inimigo estava dentro de casa.

Como foi mencionado que essas verbas poderiam ter sido destinadas diretamente aos Municípios ou ao Estado, eu queria saber se o Ministério da Justiça não tem nenhum órgão de controle, ou de fiscalização interna, que pudesse ter evitado a utilização dessa consultoria, destinando diretamente essas verbas aos Municípios ou ao Estado, sem fazer essa ponte, que apontava realmente que se caminharia para o desvio de dinheiro. E, na percepção da senhora, houve alguma ação do Sr. Francisco Narbal, visto que ele tinha informações privilegiadas, para tentar conter a investigação? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - O próximo inscrito é o Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, senhores convidados, colegas Deputados, fica até difícil falar depois de os Deputados Fernando Francischini e Waldir fazerem tantas perguntas, porque, pela vivência, eles praticamente fizeram todas as que eu iria fazer, mas eu gostaria de fazer uma observação sobre essa questão da OSCIP.

Eu era Prefeito na época em que a legislação possibilitou a criação dessas OSCIPs. Montaram-se diversas OSCIPs, e por diversas vezes eu fui procurado, na possibilidade da substituição da mão de obra do serviço público pelas OSCIPs, levando aos Prefeitos e às equipes técnicas a economicidade que se conseguia com essa presença da OSCIP, pelos favorecimentos que havia. Assim, nós temos nos conselhos, como no Conselho Nacional de Assistência Social, diversas situações condicionadas também à questão das OSCIPs.

Pelo que eu ouvi aqui, não só na saúde, mas nessa questão da segurança, e na da educação também, pelo próprio título de uma das entidades, das



organizações, se formos aprofundar a análise, vamos ver que elas estão em todas as áreas de governo. Eu gostaria de saber o seguinte: pelo que eu ouvi, parece que essas OSCIPs continuam prestando serviço. Mesmo depois das apurações, das prisões, das iniciativas de regularizar as aplicações do recurso público, essas OSCIPs continuam atuando. E por que é que não foram suspensas ainda pelo Ministério, pelo órgão competente, que concede esse registro a essas OSCIPs? Por que é que até hoje não foram suspensas, ao menos até a apuração do caso, para que elas não possam causar mais danos ao Érario em suas ações, e não possam também contaminar aquelas OSCIPs que são administradas com responsabilidade, que trazem pontos positivos para o Poder Público, como política pública, não é?

Sobre a questão do montante de recurso, que foi levantada, disseram aqui que elas movimentaram R\$ 110 milhões, dos quais R\$ 18 milhões teriam sido identificados; mas houve apuração do restante desse recurso, nas Prefeituras ou no Governo do Estado? É isso que eu gostaria de saber. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Essa pergunta de V.Exa. foi dirigida a quem, ao Dr. Fabiano?

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Como são muito parecidas as respostas, eu acho que seria ao Delegado Fabiano, ou aos três, porque há essa questão do registro também, que está ligada diretamente ao Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - O.k. Eu indago aos ilustres Deputados presentes, Deputado Nelson Bornier, Deputado Edson Santos, se querem fazer alguma observação. Tem a palavra o Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, eu cheguei agora, já depois de iniciada a audiência, e ouvi falarem do Mato Grosso, dessas OSCIPs que eram sediadas em Mato Grosso. Gostaria de fazer só uma pergunta, porque me veio à mente essa questão das OSCIPs. O Delegado Fabiano poderia informar-nos, ou a Sra. Cátia, se existe alguma ligação aí com o Grupo Verdoim, no Mato Grosso, que estava envolvido naquela operação dos sanguessugas, das ambulâncias? É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Passo a palavra, então, ao Delegado Fabiano Bordignon.



O SR. FABIANO BORDIGNON - Bom, durante a investigação a gente não identificou essa questão de padrinho político, de envolvimento assim, de maneira a integrar a organização, de nenhum político, até porque se isso tivesse ocorrido nós teríamos de proceder a uma alteração, por uma questão de competência da própria Justiça, e ela está mantida na Justiça Federal, na primeira instância. Não houve.

Eu quero até aproveitar essa questão, já que estamos falando de política mesmo, para dizer, eu que trabalho na área de segurança, que o PRONASCI é um projeto bom, que combate a criminalidade também com inclusão, com educação, com ações que tiram a criança da rua. Então, aproveito a presença da representante do Ministério da Justiça para dizer que eu acho o PRONASCI é um projeto fenomenal, muito bom. Na época em que foi lançado nós estávamos em uma cidade pequena, e nós lutamos para que aquela cidade fosse incluída também no PRONASCI. É um projeto interessante.

Quanto ao registro dessas duas OSCIPs, elas continuam operando porque, primeiro, o credenciamento dá-se no Ministério da Justiça, e a lei fala em suspensão a partir do devido processo legal, com ampla defesa. É claro que algumas medidas foram tomadas no sentido de dificultar novas fraudes. Dezesseis pessoas que integravam essa organização foram presas, algumas com prisão preventiva. Então, é claro, se houver uma continuidade nessas fraudes, o que não se espera, o próprio Ministério Público ou a Polícia podem pedir novas prisões. E o Ministério da Justiça vai agir provavelmente a partir da chegada dos documentos. Repito: não deve fazer 30 dias que foi feita a denúncia, e um dos encaminhamentos solicitados foi o de que o material, cópias das principais partes da investigação fossem enviadas ao Ministério, para que fosse feito o descredenciamento dessas duas OSCIPs.

Alguns Municípios realmente revogaram os contratos. Também é uma providência, mas esse é um julgamento do Município. No nosso caso, aí eu acho que é melhor até que a própria representante do Ministério da Justiça fale.

Sobre a apuração do montante, bem, na questão das consultorias nós conseguimos apurar o desvio de R\$ 18 milhões. Os serviços de saúde nos Municípios eram prestados. O que se fazia era criar uma gordura com essas consultorias, mas os plantões médicos existiam. As pessoas eram atendidas, em



que pese o valor exagerado que era pago em razão dessas consultorias, que, afinal de contas, não existiam, eram simuladas.

O que existe é uma ação... Por exemplo, a fiscalização dos Municípios dá-se no âmbito das Câmaras de Vereadores e do Ministério Público de cada localidade; alguns promotores procuraram-nos e pediram-nos cópias, e eu tenho notícia pela imprensa de que houve, por exemplo, uma operação em Londrina relativa a OSCIPs agora, recentemente, pelo GAECO. O Ministério Público estava atuando naquele local, em que no ano de 2009 houve uma operação também da CGU com a Polícia Federal, que pegou um esquema maior ainda; foram R\$ 300 milhões de desvio, numa OSCIP sediada lá em Londrina, que tinha um estratagema muito parecido, mas não tão elaborado. A fraude nessa questão da Operação *Déjà Vu* é mais elaborada.

E não há nenhuma relação com o caso — quem perguntou? Foi o senhor que perguntou? — do Mato Grosso, do Grupo Verdoin, não. É uma outra OSCIP. E nesse caso foi feita uma busca lá porque algumas notas saíam por ali, e nós ainda não temos realmente uma finalização dessa investigação. Agora, repito, OSCIPs há no Brasil inteiro; então, não deve ser uma situação só do Paraná. Obrigado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só 1 minutinho, Sr. Presidente; a respeito daquela questão que eu formulei, considerando os Municípios em que foram realizadas operações e o vínculo de Parlamentar específico, como dono do mando político desses referidos Municípios onde a OSCIP estava instalada ou prestou consultoria, chegou a ser feita uma investigação com esse viés?

O SR. FABIANO BORDIGNON - Não, nós não chegamos a apurar. Há outros Municípios. Por exemplo, o projeto do PRONASCI contemplava alguns Municípios da região metropolitana; agora, eu não sei quem era o Prefeito desses Municípios, qual era o partido, não se identificou nenhum, digamos assim, talvez, direcionamento. Não, realmente eu acredito que era um Município com uma população grande, problemas, altos índices de violência. Na região metropolitana das grandes cidades normalmente ocorre isso. Então, realmente não se percebeu nada, posso dizer que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Passo a palavra ao Dr. Valdir Agapito Teixeira para uma consideração.



O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA - Eu só complementaria a curiosidade do Deputado Waldir. É que a atuação dessas ONGs vem de tempos. Esse levantamento aí em cerca de vinte Municípios vai de 2006 a 2009, e o outro de 2003 a 2006. E são verbas de natureza continuada, talvez até oferecendo essa facilidade a que o Deputado se referiu aqui na sua manifestação, de que as OSCIPs muitas vezes entram oferecendo facilidade para a terceirização de setores, por exemplo o setor de saúde. Até 1997, 75% dos Municípios não recebiam nada em saúde e passaram receber, com o Saúde da Família, esse programas de piso, de atenção básica, endemias e tudo mais. E, com questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, muitos recorrem à contratação de OSCIPs para classificar a despesa como serviço de terceiro, e não de pessoal; então, é uma situação inclusive bastante irregular, porque não se gera vínculo desses profissionais com o Estado, e sim com essas organizações e tal.

E naquela operação anterior, que foi também feita no Paraná, havia muita verba de saúde, praticamente para a área de saúde, todas entregues à gestão dessas organizações, desde compra de medicamento a capacitação de pessoal, contratações, serviços de ambulâncias e tudo mais. Então, essas verbas são transferidas sem emendas parlamentares, porque elas vão, fundo a fundo, do Ministério da Saúde para o Município, e tem crescido muito a atuação dessas entidades do terceiro setor — e aí eu não falo só de OSCIPs, mas de ONGs de uma maneira geral, também subcontratadas por Estados e Municípios, entenderam? E nas diversas áreas tem havido um crescimento muito grande.

E a tipologia mais frágil dessa relação é essa possibilidade de a ONG subcontratar empresas com vínculos com a direção da ONG, que simula empresas, e aí burla-se todo o processo de licitação, de escolha e de contratação. Isso aconteceu nesse caso e já aconteceu em outros também.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Pelo papel desta Comissão, eu creio que há algumas coisas em que devemos aprofundar-nos. Uma é conhecer bem essa questão das ONGs, a questão do Conselho Nacional, aprofundarmo-nos um pouco, inclusive a assessoria da Comissão.



E o que é que o Ministério Público Federal do Trabalho diz sobre isso? A pergunta deveria ser dirigida diretamente a eles. Mas os senhores têm-lhes pedido auxílio para diminuir isso? Porque eles têm o poder de fiscalização, de firmar termos de ajustamento de conduta, o que poderia evitar muito isso, porque isso caminha também — é o que Valdir comentou agora — rumo à questão da terceirização da saúde, hoje, por empresas privadas, não necessariamente OSCIPs, mas empresas privadas, e isso está virando uma festa, porque elas também substituem a mão de obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Sr. Valdir, alguma consideração?

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA - Bem, nós temos feito encaminhamentos, mas talvez precisemos estreitar mais essa relação com o Ministério Público do Trabalho nessa questão de terceirização. Nós temos procurado o Ministério mais por conta dessas empresas de terceirização, de abandono de contratos etc. Mas, assim em larga escala, na saúde, ainda não tratamos desse tema específico com eles, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Valdir, só para explicar a minha preocupação, nós tivemos alguns casos em Goiás de várias OSCIPs, ou ONGs, ou qualquer coisa que valha; todas elas tinham padrinho político para conseguir a liberação de verbas, seja no PRONASCI, seja na saúde, na educação. Então, estou direcionando minhas perguntas ao Dr. Fabiano e a V.Sa. porque, infelizmente, nós vemos todo dia que há necessidade de haver um vínculo político, um apadrinhamento para a liberação. Então, meu questionamento foi muito específico: quero saber quem eram os padrinhos dessa vez. E deve haver um padrinho. Pode ser que a Polícia Federal não tenha chegado a ele, ou não possa revelar, mas há um padrinho político. Isso é inegável. Nós não temos como tapar o sol com a peneira.

Então, era essa a minha real preocupação em relação a esse questionamento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Antes de passar a palavra ao autor do requerimento para as suas considerações finais, passo a palavra à Dra.



Cátia Simone. V.Sa. tem alguma consideração, alguma resposta ou alguma pergunta a fazer?

A SRA. CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI - O senhor havia feito uma pergunta específica com relação à atuação do Sr. Francisco dentro do Ministério, não foi? O senhor quer repetir?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim, e também se há atuação dele direta, se as informações privilegiadas dele de alguma forma prejudicaram as investigações, e se existe algum órgão de controle dentro do Ministério da Justiça que pudesse ter impedido que esses recursos fossem destinados para uma consultoria fazer a ponte, com eventuais fraudes, quando poderiam ter sido destinado diretamente aos Municípios ou ao Estado. Essas as minhas questões.

A SRA. CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI - Bem, com relação à dinâmica de aporte de recursos do PRONASCI, existia essa Secretaria Executiva que fazia toda essa articulação política. Eu não tenho conhecimento sobre se Francisco Rodrigues teve acesso privilegiado, se ele obteve conhecimento do teor de alguma investigação que estava sendo realizada, até porque isso chegou ao nosso conhecimento no momento em que foi feita uma operação de busca e apreensão, no Ministério da Justiça, de todos os autos relacionados. Posteriormente nós encaminhamos mais informações, fomos atrás de vários documentos, porque nós não recebemos legado do PRONASCI.

Então, o PRONASCI é como se fosse uma SENASP, só que era uma secretaria que não tinha unidade gestora financeira. Então, na realidade, eles faziam articulação política, davam prioridade aos projetos, e depois isso subia para nós técnicos analisarmos as propostas de cada Município. Nós entrávamos no sistema, na época ainda do “banco de dedos”, como eu digo, porque era tudo manual, fazíamos a análise e encaminhávamos para o Secretário Executivo, porque havia um Comitê Gestor que dizia “sim” ou “não”; se ele mandava proceder ao convênio, isso subia para o financeiro da SENASP. Então, não tínhamos nenhum contato com essa articulação. Portanto, não sei dizer. Se eu dissesse qualquer coisa poderia estar especulando.

Com relação a se ele teve acesso ou não, eu não sei. Se ele tinha informações privilegiadas com relação a essa investigação, eu não sei. Acredito que



ele teve conhecimento de todo o procedimento das fiscalizações, porque no término da fiscalização de acompanhamento tudo foi encaminhado ao Secretário Nacional, que é superior hierárquico, para conhecimento, e a partir disso ele devolveu os autos à Secretaria Executiva, para que fossem tomadas providências com relação às constatações que nós fizemos sobre a entidade.

Fora isso, não sei dizer mais nada. Eu não sofri qualquer tipo de represália ou perseguição dessas pessoas, pelo menos não que eu saiba. (*Risos.*) Então, não tenho o que dizer, não posso ficar especulando, porque estaria fazendo acusações falsas.

Com relação à SNJ, à Secretaria Nacional de Justiça, que é responsável pela emissão da certificação das entidades, de fato é extremamente difícil. É o que digo sempre no Ministério quando analiso projeto: papel aceita tudo. É muito difícil nós conseguirmos de fato fazer uma análise bem criteriosa, sabendo a realidade de cada Município. Se a cada convênio que eu analisar, de Município do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina ou de Sergipe, eu tiver de ir ao Município, inviabilizaremos totalmente o repasse de recursos. Então, é o que digo: é o princípio da boa-fé. É um direito constitucional. Eu acho que nós, como servidores públicos, pelo menos eu pauto-me pelo princípio da boa-fé. Eu acredito nas pessoas, eu acredito na fé daquele documento que nos chega. A partir do momento em que nós temos algum tipo de indício, ou de desconfiança, vamos atrás para verificar se aquilo é verdadeiro ou falso.

Então, às vezes fazemos a busca dos orçamentos que chegam junto com as propostas para verificar se de fato aquele orçamento é verdadeiro. Como técnicos, nós tomamos esse tipo de cuidado. Consultamos na Internet sites de preços, para verificar se aquele preço que está orçado em determinado projeto é compatível com a média de mercado. Agora, isso faz a SENASP. Eu não posso falar por outro órgão do Ministério da Justiça em que as pessoas hoje não estão mais. Então, eles é que deveriam, de repente, estar aqui hoje tirando essas dúvidas de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Diga, Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Só um detalhe, Dra. Cátia, a pergunta que teria sido a mais específica é se há dentro do Ministério da Justiça



um órgão que pudesse impedir que se fizesse uma ponte com as consultorias, para que o dinheiro fosse diretamente ao Município ou Estado.

A SRA. CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI - Certo. Como a investigação da Polícia Federal se refere a vários tipos de contratos que essa OSCIP tinha, nesse contrato específico do Ministério não existia essa consultoria, como existe no da Saúde, porque a transferência é de fundo a fundo, o recurso fica mais pulverizado em cada Município, e como eles iam agir, ou efetuar determinadas ações lá? Então, nós temos um órgão de controle interno dentro do Ministério da Justiça; com relação à parte política e à parte de articulação com os Estados e Municípios, isso era feito pela Secretaria Executiva. Então, eu acredito que num primeiro momento não haveria qualquer desconfiança inicial quanto à lisura dessas entidades, até porque senão o repasse não teria sido realizado.

Então, o controle interno do Ministério da Justiça foi cientificado e notificado com relação a todo o encaminhamento que nós demos. Portanto, existe o órgão, mas ele não tem o poder, por exemplo, de vetar o repasse de recurso, a não ser que existam indícios de fraude, de corrupção, de crime, com relação àquela entidade. Mas quando se trata de uma entidade que está credenciada, quando foi feito um edital de chamamento, edital que foi auditado pelo Tribunal de Contas, que concluiu não haver qualquer tipo de favorecimento, é óbvio que cabe à área técnica fiscalizar e verificar se eles estão ou não agindo como colocaram no papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Pois não, Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, o Dr. Fabiano citou Londrina, o que me chamou a atenção. Nós tivemos dois escândalos recentes lá. Primeiro, o do CIAP, que é uma ONG que chegou a desviar, segundo notícias da Polícia, R\$ 300 milhões de reais. A diretoria dessa ONG andava de jatinho, para se ter ideia do tamanho dos desvios. Foi um escândalo em nosso Estado. Depois houve a operação, tão bem conduzida, dessa parceria a que assistimos hoje, que foi a *Déjà Vu*, que descobriu com essas duas ONGs, em princípio, R\$ 18 milhões, mais de 15% do valor que ela recebeu, de verbas federais desviadas, lá no Paraná de novo. E agora veio o terceiro grande escândalo. Inclusive os jornais trazem o nome do Prefeito de Londrina e da primeira-dama,



acusados de corrupção e de receber dinheiro de mais duas ONGs, a Gálatas e a Atlântico, dois institutos que cuidavam da saúde e que tiveram relação muito promíscua com conselheiros e procuradores do Município.

Queria saber do Dr. Fabiano se há relação entre essas três operações, se alguma informação foi cruzada, ou se um aproveita o outro, porque talvez nisso possa haver um elo, ligando a equipe que investigou o CIAP e a que fez a Operação *Déjà Vu*, que está aqui, a equipe do GAECO, do Ministério Público do Estado, que atuou em Londrina. Quero saber se foi da *Déjà Vu* que saiu a informação para ocorrer a operação de Londrina, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Tem a palavra o Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO BORDIGNON - Essas três operações, as duas da Polícia Federal e essa do GAECO, eu acho que não têm relação entre si. O que acontece é que, quando houve a deflagração da Operação Parceria pela Polícia Federal e pela CGU, isso em 2009, houve alguma repercussão, os membros da quadrilha que estavam sendo investigados repercutiram nas conversas: "Olhem, fiquei com medo com o que aconteceu", mas nada, assim, que fizesse uma ligação entre as duas organizações, não. E sobre essa Gálatas e a Atlântico nunca ouvi nada. Eu vi essa notícia nos jornais, relativa à operação do GAECO, ou da Polícia Civil do Estado, mas acho que é do GAECO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Quero agradecer aos convidados...

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, sei que está na hora da sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Pois não, Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - ...mas vou discordar do Delegado Waldir, que debitou mais um peso nas costas dos políticos, nessa questão das OSCIPs. Delegado Waldir, essas OSCIPs foram muitas vezes criadas por técnicos mesmo, com formação profissional na área de administração, enfim, técnicos mesmo, ou por pessoas vinculadas diretamente à Administração Pública, e talvez por agentes políticos, mas sem vínculo algum com o Congresso Nacional. Em relação às ambulâncias, àquele caso que houve aqui, diz-se que houve um vínculo



direto, mas não houve, e não há, realmente. Isso acontece por intermédio de entidades sem fins lucrativos criadas para burlar imposto de renda por famílias tradicionais, que se dividem na colaboração dessas entidades mas são empresários, são pessoas do ramo, e não políticos diretamente envolvidos. Então, só quero discordar do nosso Delegado Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Brito) - Quero agradecer aos convidados, Dr. Valdir, Dr. Fabiano e Dra. Cátia, as respectivas presenças, que foram muito importantes para esclarecer-nos, para que a Comissão possa dar continuidade a este trabalho, juntamente com seus membros. Suas informações foram fundamentais para a continuidade dos nossos trabalhos.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença aos senhores convidados, e antes de encerrar a presente reunião convoco reunião ordinária deliberativa para amanhã, quarta-feira, dia 8 de junho, às 9h30min, no Plenário 9.

Está encerrada a reunião. Obrigado.